

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER O**  
**PROJETO DE LEI N. 13/2022, DO EXECUTIVO MUNICIPAL,**  
**QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO DA LEI**  
**ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO – LDO PARA O EXERCÍCIO DE 2023, EM**  
**ATENDIMENTO AO ART. 48, § I da LC 101/2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE**  
**FISCAL E AOS ARTIGOS 43, II E 44 DO ESTATUTO DA CIDADE**  
**REALIZADA EM 21 DE JUNHO DE 2022**

Aos vinte e um dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, no Plenário “Vereador João Raposo Rezende Filho”, da Câmara Municipal de Santo André, reuniram-se às **dez horas**, os Vereadores Valter Luiz da Silva (Vavá da Churrascaria), Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento; vereadores Ricardo Alvarez (Ricardo Alvarez) e Renato Barros Santiago Filho (Renatinho do Conselho); o Sr. Edgar Brandão Junior – Secretário Adjunto de Gestão Financeira da Prefeitura Municipal de Santo André; a Sra. Rosimary de Moraes Silveira, Diretora do Departamento de Orçamento e Planejamento da Prefeitura Municipal de Santo André; o Sr. Mario Augusto Matiello Simões, Diretor do Departamento de Planejamento Estratégico da Prefeitura Municipal de Santo André. As perguntas do público puderam ser direcionadas no decorrer do evento para o e-mail: [eventos@cmsandre.sp.gov.br](mailto:eventos@cmsandre.sp.gov.br). O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Valter Luiz da Silva (Vavá da Churrascaria) dá início à Audiência Pública e passa a palavra ao Sr. Edgar Brandão Júnior, que cumprimenta a todos e diz agradece oportunidade de representar o Prefeito Paulo Serra, bem como o Secretário José Carlos Simões, Secretário de Finanças ausente nesta Audiência por problema de saúde na família. Em seguida coloca-se à disposição para esclarecer eventuais dúvidas que surjam no decorrer da Audiência e lembra que a Lei de Diretrizes Orçamentárias é mais uma orientação para apresentação do Orçamento, onde é a grande discussão e importante para o ano de 2023. A Sra. Rosimary de Moraes Silveira que começou ilustrando a fundamentação legal que é constituída pela Constituição Federal artigos: 165 e 166; Lei Federal nº 4.320/64; Lei Orgânica do Município artigos: 128, 129, 130 e 131; Lei Complementar nº 101/ 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e Manual de Demonstrativos Fiscais 2022 - 12ª edição - Ministério da Economia/ STN. Evidenciou que a LDO faz a conexão entre o planejamento de médio prazo, representado pelo PPA e as ações políticas necessárias no dia-a-dia, concretizadas no orçamento anual. O PPA é elaborado no primeiro ano de cada governante, sendo assim a cada quatro anos, dando início a sua vigência no 2º ano do mandato do prefeito e se estendendo até o 1º ano de mandato do prefeito seguinte, o PPA atual tem vigência para o período de 2022-2025. Em seguida, falou da Lei Orçamentária Anual (LOA), que traz de forma detalhada as prioridades que serão implementadas e executadas pelo poder público em cada ano, enquanto a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreende as metas e prioridades da

administração pública, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dispõe sobre as alterações na legislação tributária. A LDO busca um alinhamento entre objetivos e realidade, ajustando as ações do governo ao que realmente é possível fazer com base no orçamento previsto, ou seja, busca a compatibilização das diretrizes, os objetivos e as metas da administração estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) e no plano de metas com a LOA. É composta pela estrutura e organização do orçamento, diretrizes para elaboração e execução do orçamento, despesas com pessoal e encargos sociais, anexo de prioridades e metas, previsão de alterações na legislação tributária e anexo de metas e riscos fiscais. Mencionou as premissas que são as projeções macroeconômicas, inflação IPCA e PIB (crescimento), comportamento da arrecadação e valores previstos no PPA. Sobre o plano de metas, explicou que é um instrumento de planejamento e gestão que auxilia a administração municipal a definir as prioridades e ações estratégicas do governo ao longo dos quatro anos de mandato. O programa consolida as propostas de campanha e apresenta os principais compromissos da administração municipal com a melhoria dos equipamentos e serviços públicos oferecidos à população. A seguir, ilustrou o quadro de resumo da administração direta e indireta, compondo administração direta o total de receitas de R\$ 3.325.000.000,00 (três bilhões, trezentos e vinte e cinco milhões de reais), representando 77,57% do total, constituindo recurso tesouro R\$ 2.098.000.000,00 (dois bilhões, noventa e oito milhões de reais) e recursos vinculados R\$ 1.227.000.000,00 (um bilhão, duzentos e vinte e sete milhões de reais). Administração indireta um total de R\$ 962.000.000,00 (novecentos e sessenta e dois milhões de reais) representando 22,43% do total, sendo IPSA R\$ 604.000.000,00 (seiscentos e quatro milhões de reais), SEMASA R\$ 342.000.000,00 (trezentos e quarenta e dois milhões de reais), SFMSA R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e FAISA R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais), totalizando o orçamento fiscal em R\$ 4.287.000.000,00 (quatro bilhões, duzentos e oitenta e sete milhões de reais). Depois explicou o quadro da composição da receita por categoria administração direta, destacando: Receita tributária no valor de R\$ 1.299.000.000,00 (um bilhão, duzentos e noventa e nove milhões de reais), contendo: IPTU, ISS, ITBI, Taxas; Transferências Correntes no valor de R\$ 1.441.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e um milhões de reais) contendo: FPM, ICMS, IPVA, IPI, Convênios Federais e Estaduais e Operações de Crédito no valor de R\$ 384.000.000,00 (trezentos e oitenta e quatro milhões de reais), nesta contém: BNDES, PAC, BID, FINISA, PNAFM. Totalizando a receita em R\$ 3.325.000.000,00 (três bilhões, trezentos e vinte e cinco milhões de reais). Destacou a composição da receita por categoria, a maioria corresponde às despesas de transferências correntes 39% e receita tributária em 35%, totalizando quase 80% do total de receita da administração direta. A seguir, explicou a composição da receita por fonte de recurso da administração direta, que compreende em: Tesouro R\$ 2.098.000.000,00 (dois bilhões, noventa e oito milhões de reais); Transferências e Convênios Estaduais R\$ 351.000.000,00 (trezentos e cinquenta e um milhões de reais); Fundos Especiais de Despesas R\$ 181.000.000,00 (cento e oitenta e um milhões de reais); Transferências e Convênios Federais R\$ 308.000.000,00 (trezentos

e oito milhões de reais); Outras Fontes de Recursos R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e Operações de Créditos R\$ 384.000.000,00 (trezentos e oitenta e quatro milhões de reais), perfazendo um total de R\$ 3.325.000.000,00 (três bilhões, trezentos e vinte e cinco milhões de reais). Demonstrou uma representação gráfica da composição da receita por fonte de recurso, onde o tesouro representa 63%, Transferências e Convênios Estaduais 11%, Fundos Especiais de Despesas 5%, Transferências e Convênios Federais 9% e Operações de Créditos 12%. Discriminou a despesa, em administração direta: Despesas correntes R\$ 2.570.000.000,00 (dois bilhões, quinhentos e setenta milhões de reais); despesas de capital R\$ 642.000.000,00 (seiscentos e quarenta e dois milhões de reais); repasses financeiros R\$ 99.000.000,00 (noventa e nove milhões de reais) e reserva de contingência R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), perfazendo um total de R\$ 3.325.000.000,00 (três bilhões, trezentos e vinte e cinco milhões de reais). Detalhou os repasses financeiros do tesouro, ficando: Câmara Municipal R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), Fundação Assistência à Infância de Santo André R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), Instituto de Previdência de Santo André R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e Serviço Municipal de Saneamento Ambiental R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), somando um total de R\$ 99.000.000,00 (noventa e nove milhões de reais). Ilustrou a despesa orçamentária por secretaria e por fonte citando: Secretaria de Educação com total de R\$ 816.000.000,00 (oitocentos e dezesseis milhões), sendo tesouro R\$ 440.300.000,00 (quatrocentos e quarenta milhões e trezentos mil reais) e recursos externos R\$ 376.200.000,00 (trezentos e setenta e seis milhões e duzentos mil reais); Secretaria da Saúde com total R\$ 726.500.000,00 (setecentos e vinte e seis milhões e quinhentos mil reais), do tesouro R\$ 443.000.000,00 (quatrocentos e quarenta e três milhões de reais), recursos externos R\$ 283.500.000,00 (duzentos e oitenta e três milhões e quinhentos mil reais); Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos um total R\$ 426.800.000,00 (quatrocentos e vinte e seis milhões e oitocentos mil reais), tesouro R\$ 145.000.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões de reais), recursos externos R\$ 281.800.000,00 (duzentos e oitenta e um milhões e oitocentos mil reais); Secretaria de Inovação e Administração, somente tesouro R\$ 337.700.000,00 (trezentos e trinta e sete milhões e setecentos mil reais); Secretaria de Mobilidade Urbana um total R\$ 254.800.000,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões e oitocentos mil reais), tesouro R\$ 136.800.000,00 (cento e trinta e seis milhões e oitocentos mil reais), recursos externos R\$ 118.000.000,00 (cento e dezoito milhões de reais); Secretaria de Gestão Financeira total R\$ 238.100.000,00 (duzentos e trinta e oito milhões e cem mil reais), tesouro R\$ 228.100.000,00 (duzentos e vinte e oito milhões e cem mil reais), recursos externos R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). O total geral corresponde a R\$ 3.225.000.000,00 (três bilhões, duzentos e vinte e cinco milhões de reais), total geral tesouro R\$ 1.999.000.000,00 (um bilhão, novecentos e noventa e nove milhões de reais) e recursos externos R\$ 1.226.000.000,00 (um bilhão, duzentos e vinte e seis milhões de reais). Seguindo, discorreu sobre o financiamento dos investimentos administração direta, sendo: Tesouro R\$ 193.000.000,00 (cento e noventa e três milhões de reais); Transferências e

Convênios Estaduais R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais); Fundos Especiais de Despesas R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais); Transferências e Convênios Federais R\$ 83.000.000,00 (oitenta e três milhões de reais); Outras Fontes de Recursos R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e Operações de Créditos R\$ 299.000.000,00 (duzentos e noventa e nove milhões de reais), totalizando R\$ 642.000.000,00 (seiscentos e quarenta e dois milhões de reais). Despesa total administração indireta, apresenta: Instituto de Previdência de Santo André o valor de R\$ 606.000.000,00 (seiscentos e seis milhões de reais); Câmara Municipal de Santo André R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais); Serviço Municipal de Saneamento Ambiental R\$ 343.000.000,00 (trezentos e quarenta e três milhões de reais); Serviço Funerário Municipal de Santo André R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) e Fundação Assistência à Infância de Santo André R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais). Totalizando R\$ 1.061.000.000,00 (um bilhão, sessenta e um milhões de reais). Apresentou a despesa orçamentária consolidada do município, constituindo: Administração Direta R\$ 3.225.000.000,00 (três bilhões, duzentos e vinte e cinco milhões de reais) e Administração Indireta R\$ 1.061.000.000,00 (um bilhão, sessenta e um milhões de reais); totalizando R\$ 4.287.000.000,00 (quatro bilhões, duzentos e oitenta e sete milhões de reais). Em seguida, citou a composição do anexo de metas fiscais: Metodologia e memória de cálculo; Avaliação do cumprimento de meta do exercício anterior; Metas Anuais 2023 – 2025; Metas fiscais comparadas às fixadas nos três exercícios anteriores; Evolução do Patrimônio Líquido; Origem e aplicação dos recursos com alienação de ativos; Estimativa e compensação da renúncia de receita e Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado. Na sequência, falou sobre as projeções macroeconômicas sendo a variável: Inflação IPCA (crescimento % aa), em 2023, 3,5%, 2024, 3% e 2025, 3%. PIB real (crescimento % aa) em 2023, 1,5%, 2024, 1,85% e 2025, 2%. Evidenciou as metas fiscais atuais e dos três exercícios anteriores dos valores a preços correntes da receita e despesa total, apresentando os mesmos valores para ambas: 2020, R\$ 3.410.000.000,00 (três bilhões, quatrocentos e dez milhões de reais); 2021, R\$ 3.180.000.000,00 (três bilhões, cento e oitenta milhões de reais); 2022, R\$ 3.430.000.000,00 (três bilhões, quatrocentos e trinta milhões de reais); 2023, R\$ 4.290.000,00 (quatro bilhões, duzentos e noventa milhões de reais); 2024, R\$ 4.410.000.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e dez milhões de reais) e 2025, R\$ 4.350.000.000,00 (quatro bilhões, trezentos e cinquenta milhões de reais). Após, esclareceu os riscos fiscais e providências, no caso dos passivos contingentes envolvendo demandas judiciais o valor é de R\$ 15.170.000,00 (quinze milhões, cento e setenta mil reais); outros passivos contingentes R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), nesses casos as providências são reserva de contingência no valor de R\$ 15.220.000,00 (quinze milhões, duzentos e vinte mil reais). Quanto aos demais riscos fiscais passivos destaca frustração de arrecadação no valor de R\$ 84.170.000,00 (oitenta e quatro milhões, cento e setenta mil reais) sendo as providências a limitação de empenho no mesmo valor. Totalizando para ambos R\$ 99.390.000,00 (noventa e nove milhões,

trezentos e noventa mil reais). Deu continuação, mencionando alguns exemplos de prioridades e metas: Programa 41 – Atenção Primária à Saúde, Ação 1035 – Implantação e/ou revitalização de Unidade de Atenção Primária, com unidade de medida em percentual, o produto a ser realizado, unidade implantada e revitalizada, a meta física 66% e a meta financeira R\$ 15.009.000,00 (quinze milhões e nove mil reais). Programa 41 – Atenção Primária à Saúde, Ação 2122 – Manutenção da Rede de Atenção Primária com unidade de medida em percentual, o produto a ser realizado, unidade mantida, a meta física 35% e a meta financeira R\$ 85.606.000,00 (oitenta e cinco milhões e seiscentos e seis mil reais). Programa 58 – Mobilidade Urbana Sustentável, Ação 1043 – Ampliação e Remodelação do Sistema Viário do Programa de Mobilidade Urbana com unidade de medida em percentual, o produto a ser realizado, via pública ampliada, a meta física 100% e a meta financeira R\$ 89.505.000,00 (oitenta e nove milhões e quinhentos e cinco mil reais). Programa 59 – Obras de drenagem e conservação do sistema, Ação 1052 – Obras de drenagem e saneamento ambiental com unidade de medida em percentual, o produto a ser realizado, obra realizada, a meta física 61% e a meta financeira R\$ 68.060.000,00 (sessenta e oito milhões e sessenta mil reais). Programa 66 – Melhoramento da Manutenção e Modernização do Sistema Viário, Ação 2160 – Manutenção de Vias Públicas com unidade de medida em metro quadrado, o produto a ser realizado, via pública mantida, a meta física 40.000 m<sup>2</sup> (quarenta mil metros quadrados) e a meta financeira R\$ 21.252.000,00 (vinte e um milhões, duzentos e cinquenta e dois mil reais). Programa 70 – Educação Infantil, Ação 2174 – Atendimento às Unidades Escolares – Educação Infantil com unidade de medida em unidade, o produto a ser realizado, unidade atendida, a meta física 99 unidades atendidas e a meta financeira R\$ 72.091.000,00 (setenta e dois milhões e noventa e um mil reais). Programa 73 – Alimentação e Nutrição, Ação 2176 – Fornecimento de Merenda com unidade de medida em número, o produto a ser realizado, quantidade de alunos atendidos, a meta física 59.037 alunos atendidos e a meta financeira R\$ 56.682.000,00 (cinquenta e seis milhões, seiscentos e oitenta e dois mil reais). Programa 78 – Gestão do Patrimônio Histórico e Ambiental, Ação 1061 - Patrimônio Histórico com unidade de medida em percentual, o produto a ser realizado, patrimônio recuperado, a meta física 8,4% e a meta financeira R\$ 15.004.000,00 (quinze milhões e quatro mil reais). Programa 86 – Habitação e Urbanismo de Interesse Social, Ação 1069 – Urbanizações com unidade de medida em número de pessoas, o produto a ser realizado, urbanização executada, a meta física 1.686 pessoas atendidas e a meta financeira R\$ 34.180.000,00 (trinta e quatro milhões, cento e oitenta mil reais). Orientou referente à consulta pública eletrônica, realizada entre 14 de março de 2022 e 07 de abril de 2022, por meio do sítio eletrônico da Prefeitura, por intermédio de formulário próprio e também pelo aplicativo COLAB. Foi adotado como base metodológica o Plano de Metas iniciando-se a escolha entre os 14 eixos temáticos e em seguida priorizando a meta, dentre as 169 disponíveis. E por fim, apresentou o resultado da consulta pública por eixos temáticos, destacando: 107 votos para Secretaria de Segurança Cidadã, 70 para Secretaria de Saúde, 71 para Secretaria de Meio Ambiente e

55 para Secretaria de Educação, dentro de um total de votos de 446. Após a explanação, a Sra. Rosimary agradeceu a participação de todos e forneceu o endereço eletrônico: ldo2023@santoandre.sp.gov.br, para solicitação de informação ou envio de sugestões e informa que no site existe glossário para maior entendimento do que foi exposto. Em seguida o Presidente Valter Luiz da Silva (Vavá da Churrascaria) passa a palavra aos munícipes que queriam fazer perguntas. **SRA. MARILENA NAKANO** – Participo dos fóruns de cultura da sociedade civil e sou membro da Rede Beija-Flor de Pequenas Bibliotecas Vivas de Santo André. A minha pergunta ao Executivo é por que não foi cumprida até agora norma legal que está no Plano Municipal de Cultura, que é a Meta 25, relativa ao Departamento de Cultura com relação à LDO, e posteriormente, tal como disse o Sr. Edgar, a LDO é uma orientação para o Orçamento que será definido posteriormente, então não é uma orientação a solta no ar, vai virar lei. Então, portanto, a meta 25 deverá ser cumprida na sua integralidade na LDO, onde aparecem programas e ações, e três das ações dizem respeito ao Departamento de Cultura, foram feitos cálculos que já foram enviados à Secretaria de Gestão Financeira, a todos os vereadores desta Casa e queremos fazer chegar de novo à Mesa os cálculos que foram feitos. Segundo os cálculos feitos, nesta LDO deve constar pouco mais de oito milhões de reais para o Departamento de Cultura. A pergunta é simples: Será uma norma legal ou não? E a outra questão é para os vereadores, em não sendo cumprida a norma legal, como será respondido ao Tribunal do Estado referente ao não cumprimento da norma legal. **SR. ALAN** – Sindiserv, representando os servidores municipais da cidade. A pergunta é a seguinte: existe uma cota orçamentária previamente definida para continuidade das propostas de reclassificação dos servidores públicos municipais? Ou valorização dos funcionários públicos municipais de Santo André? **SR. MÁRIO** – Referente à Meta 25 do Plano Municipal, que estipula que a partir da aprovação, 0.1% até chegar a 1% dos 10% ao 1% até o final do plano, existe um cálculo feito pelo Departamento de Orçamento onde existe a possibilidade da gente prever este valor já na lei orçamentária anual deste ano vigente, na apresentação até final de setembro. Quanto a questão de aplicação dos recursos dentro do Departamento, porque a meta 25 é bem específica, a gente tem que olhar de uma forma também ampliada os investimentos que fazem em Cultura em outras frentes, que de repente não estão exatamente no Departamento de Cultura, mas podem estar no Departamento de Obras. Aí dentro da LDO a gente deve ter 0.7% que é destinado à Secretaria de Cultura como um todo, incluindo Gabinete, neste momento também Departamento de Lazer e Departamento de Planejamento, que eu acho que são os departamentos que a Secretaria de Cultura tem. Então, nesse sentido, a gente tem realmente aí 0.7% para a Cultura dentro da LDO, mas se você considerar alguns trabalhos de infraestrutura urbana que estavam bastante precários na cidade, pensando na reforma do próprio Carlos Gomes, Conchita de Moraes, agora com a Concha Acústica, recurso que vai entrar para a Casa da Palavra, falando de infraestrutura, talvez a gente tenha um valor a mais. É lógico que isso não está na lei da Secretaria de Cultura, porque quem toca obras é a Secretaria de Obras, mas atendendo a Meta 25 a gente está

buscando uma conversa, acho que a Rose pode até falar sobre essa adequação dos 800mil, que parece que ia entrar para poder cumprir a Meta 28. E quanto ao Tribunal de Contas, a senhora falou, o acionamento sobre essa meta, todos os planos, eu acho que o Plano Municipal de Cultura, ele foi aprovado em 2019, e a gente teve um entreviro bastante ruim nesse tempo, uma pandemia que prejudicou não só o plano de cultura, mas o plano de assistência social, o plano de saneamento e a gente precisa fazer um reajuste. Então eu aconselho que a sociedade civil, junto com o Departamento de Cultura, que esse é o momento de fazer uma revisão do Plano Municipal de Cultura para rever a possibilidade de execução dessas metas, trazer uma coisa factível para que se alcance os objetivos que são necessários para o desenvolvimento não só das políticas culturais, mas as políticas da cidade como um todo. É um pouco disso que eu gostaria de exemplificar, que a gente está buscando cumprir a Meta 25 sim, existe um reajustamento orçamentário que vai estar presente na LOA, que existem outros investimentos feitos por outras áreas que também contemplam a cultura e que não conseguem ser observados olhando friamente a peça legal orçamentária. **SR. BRANDÃO** – Só queria fazer uns complementos na informação. Eu acho que o grande problema na cultura é que nós temos grandes equipamentos aqui, inclusive com manutenções caríssimas, como o próprio teatro aqui. E qual é o problema? Quando você tem o equipamento, você tem a segurança, você tem que dar inclusive guarda, então todos esses custos indiretos acabam não entrando no orçamento direto. E uma grande dificuldade na cultura, e eu que trabalho muitos anos na administração pública, e inclusive junto ao congresso várias vezes, é a ausência do Ministério de Cultura que não nos traz recursos faz muito tempo. Parece-me que agora há uma discussão em nível do Governo Federal de retornar o Ministério da Cultura, que ajudaria muito. Recentemente eu estava no Consórcio, foram aprovados inclusive alguns recursos através de indicações do Congresso, que acabaram não sendo repassadas, inclusive para apresentação de artistas, um negócio até muito triste, porque depois de tudo já arrumado, consagrado, destinado os tiveram que acabar cortando isso. Então é um complemento que a gente faz, evidentes que a gente trata todos os setores da Prefeitura com bastante carinho e que é possível, dentro dos recursos que já estão complicadíssimos na Prefeitura de Santo André. Para mim, que entrei na Prefeitura em 13 de janeiro de 1970 esse é um assunto bastante interessante, durante muitos a gente debateu muito, eu fui Presidente da Associação dos Servidores e já participei de vários estudos de reclassificação, a gente sabe que a situação de finanças da Prefeitura, e não é desconhecido, os Vereadores todos sabem, o município inteiro sabe que temos um problema seríssimo, a gente vem de uma questão de recessão econômica pós-pandemia, que eu acho que a gente consegue tentar recuperar. Isso, se você perceber nas propostas do orçamento do ano já é uma estimativa, pode não acontecer também, isso é muito grave. Agora, está tendo discussões com o próprio sindicato sobre as reclassificações. Recentemente foi aprovado aqui na Casa um aumento, inclusive até diferenciado para algumas categorias que tiveram um valor maior que outras por conta da questão salarial, os funcionários, evidentemente, todos querem

ter uma melhora. Eu lutei durante muitos anos por reclassificação de servidores, trabalhei na área operacional quase dez anos, tenho um carinho muito grande, posso falar com muito orgulho que fui eu que conseguiu a área onde é instalada a nossa Associação, o campo. Então os Secretários tratam isso com carinho, evidentemente o Prefeito também, porque o Prefeito ele mesmo fala, inclusive o primeiro emprego do Prefeito foi comigo, quando eu era diretor ele era estagiário da Prefeitura. Agora, o sindicato está em conversa com a Secretaria de Administração. O Secretário anterior, que era o Pedro Senno agora voltou para a Administração e ele está em conversa sistemática. Finanças dificilmente passa nas conversas, porque na realidade o que vem é uma coisa já decidida, Finanças tem que preparar a parte financeira, mas não participar das discussões. Então se tiver alguma coisa que eu posso complementar estou à disposição. Inclusive depois se quiser conversar comigo estou à disposição até na minha sala, 8º andar, a minha porta está sempre aberta para qualquer servidor, e também para munícipe, nunca fechei minha porta na Prefeitura desde três janeiro de mil novecentos e setenta. **SRA. MARILENA NAKANO** – Eu gostaria de esclarecer que nós, dos fóruns de cultura, além da peça orçamentária, da LDO e do PPA estudamos a execução orçamentária de 2018 até 2021 e até abril deste ano, tudo disponível no site do Tribunal de Contas do Estado. Quando se defini programas e ações é porque nestes programas e ações há sim uma natureza do que vai gastar, portanto, não é possível colocar no Departamento de Cultura a construção de um prédio. Se os senhores conhecem o organograma da Secretaria de Cultura é preciso saber exatamente quais são os programas e ações de cada um dos departamentos. No Departamento de Cultura há outros departamentos para além do Departamento de Cultura e esta verba irrisória que deveria ser acrescida a cada ano de cerca de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), ela não vem sendo realizada desde o seu início, em dois mil e vinte. Então há um saldo devedor, os senhores acabaram de receber um documento, há um saldo devedor com o Departamento de Cultura. Que é preciso rever o Plano Municipal de Cultura não temos dúvida, porque não é possível imaginar que um departamento possa realizar as suas ações nas escolas livres, nos teatros, nos territórios, na Casa do Olhar, na Casa da Palavra, na rede de bibliotecas sem que tenha recursos para ações. Os senhores podem construir quantos prédios quiserem, sem as pessoas lá dentro para executar as ações de nada valerá o que está posto aqui nas prioridades. Essas prioridades são de construção, a única que considera as pessoas é a comida da merenda escolar. Portanto, no Departamento de Cultura é preciso considerar as ações. Os senhores sabem, não vou repetir, porque vocês conhecem perfeitamente o orçamento, que ações têm números claramente definidos na lei, definido pelo Tribunal de Contas do Estado. Por isso peço aos Vereadores, em não sendo cumprida na lei, até que a gente mude o Plano Municipal de Cultura, o que é que se faz quando o Executivo tem saldo devedor com o Departamento de Cultura? O saldo devedor, senhores munícipes, quero dizer a vocês que é de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por ano e esse valor é o que alguns recebem por mês. Para um Departamento de Cultura, nós aqui temos uma cultura do legislativo, nós aqui temos uma

cultura da vivência nos bairros, nós temos uma cultura alimentar, temos uma cultura da música, nós temos uma cultura que percorre a cidade e tem a ver com o Departamento de Cultura. Não é possível, R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por ano não serem cumpridos. Nós não estamos satisfeitos com isso. Mas se o diálogo é sobre a lei nós lutaremos até o fim. Então, portanto, senhores, não venham falar de prédio, de construção. Basta ver o que está em Paranapiacaba, tudo acaba desmoronando porque não há ações dentro dela. Isso vale para nossa casa e a nossa casa é esta cidade. R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) para o Departamento de Cultura por ano, no orçamento a mais, não é possível que o Executivo não cumpra isso. Os senhores acabaram de receber um documento, e eu posso distribuir para quem tiver interesse aqui, já foi usado muito a pandemia como desculpa e nós estudamos de 2018 até hoje, não dá, no caso da Cultura, de usar a pandemia como desculpa. Então, portanto, senhores, sejamos razoáveis e no estado democrático de direito sigamos a lei. Nós queremos dizer que ela não nos favorece, mas isto que este Legislativo tem que fazer, ele aprovou a lei, ele tem que seguir a lei. É só isso que estamos pedindo. FLÁVIO DIAS MARINHO – Sou conselheiro de Cultura da cidade por parte da sociedade civil representando o Fórum dos Trabalhadores de Cultura da cidade. A gente está mostrando aqui no gráfico que a gente tem um déficit com o Departamento de Cultura entorno de três milhões. Esse déficit foi assumido pela Secretária de Cultura de Santo André na última reunião do Conselho que alegou ter falta de habilidade política e por isso não ter força junto ao Prefeito da cidade. Na reunião do Conselho ela colocou que ela assume o déficit, que tem essa dívida com a pasta, com o Departamento de Cultura, só que por ela não ter habilidade política e força política passam como um trator por cima dela. Ou seja, ao invés de terceirizar a cultura com contratação de uma empresa, por exemplo, para construir toldos, entorno de R\$16 milhões para festinhas, ao invés de fazer coisas, pasta de eventos ou da assistência social, vamos usar a Secretária de Cultura que foi colocada no cargo por ele. Essa desmoralização da cultura na cidade é uma vergonha. Esse déficit, está aqui o compromisso que a Secretária assinou, o Secretário de Finanças assinou ano passado. Se não se tem palavra o que vale um governo? SR. BRANDÃO – Flávio, não sei se é a mesma questão da D. Marilena, acredito que seja, esse documento é do fórum, não é isso? O fórum deve ter um representante, não sei se legal ou não, então é importante que esse documento fosse encaminhado via aquele e-mail: ldo2023@santoandré.sp.gov.br. Seria importante que esse documento não fosse entregue em mãos e sim enviado oficialmente. Se for não encaminhado tem problema nenhum. E o como é a mesma questão Flávio, então a resposta depois vai vir para quem enviar o e-mail, que provavelmente deve ser o representante maior junto ao fórum, a resposta vai ser diretamente para vocês. Evidentemente a D. Marilena falou em relação à Câmara, que foge a nossa alçada e fica por conta dos Vereadores. VAVÁ – Registrar a presença do vereador Edilson Santos e passar a palavra ao vereador Ricardo Alvarez. VEREADOR RICARDO ALVAREZ – Bom dia, Presidente, Mesa, vereadores, público presente. Quero também levantar algumas questões em relação a peça. Observei, uma vez que o

documento foi enviado a Câmara, quero fazer a seguinte pergunta. Não é especificado, tem a ver com 2023, mas também se relaciona com 2022, que é o seguinte: o Orçamento deste ano tem uma previsão de crescimento de 25% em relação ao do ano anterior e do ano anterior houve uma queda de 10% em relação ao ano retrasado, evidente que a pandemia causou problemas e etc., e o de 23 está se prevendo uma queda novamente em relação ao de 22. Então tem um zigzague em relação ao orçamento da cidade. Eu queria perguntar se o que foi arrecadado até abril deste ano, parece que a Câmara recebeu o balancete de abril, foi o último balancete que nós recebemos, se o que foi arrecadado até abril, se está se configurando, esse acréscimo e 25% no orçamento. A primeira pergunta que eu queria fazer. Outra pergunta é que o Executivo tem mandado aqui para a Câmara projetos de lei que apontam para aquilo que o Dr. Brandão já afirmou aqui, que a Prefeitura está vivendo um momento dramático do ponto de vista orçamentário. Então vou citar um exemplo. Ano passado essa Câmara aprovou um resgate de recursos dos fundos municipais, se não me engano oito ou nove fundos municipais que tiveram seu fundo resgatado, algo entorno de R\$65 milhões (sessenta e cinco milhões), que foi repassado para o Tesouro com uma promessa de que três anos depois de terminados a pandemia, a Prefeitura devolveria esses R\$65 milhões (sessenta e cinco milhões). Então isso é uma demonstração que as coisas não estão bem. A Câmara aprovou também, eu votei contra, mas a Câmara aprovou também um refinanciamento da dívida da Prefeitura com o IPSA de 2020, também daqui a três anos, ou seja, é uma dívida que está sendo passada para o próximo Prefeito, o IPSA. E agora foi aprovado esse mês, mês passado, um refinanciamento da dívida com o IPSA de 2021 em vinte anos, ou seja, os próximos cinco Prefeitos estão comprometidos com uma dívida que a Prefeitura do Prefeito atual não cumpriu com o Instituto de Previdência. Mas ao mesmo tempo me chamou atenção que o Prefeito publicou no dia 15 junho no jornal "Diário do Grande ABC", uma matéria de página inteira dizendo que 80% da dívida da Prefeitura foi reduzida com o Governo Paulo Serra. Eu olhei a peça para 2023 e queria que a Mesa esmiuçasse como é que pode a Prefeitura estar fazendo esses sequestros de dinheiro dos fundos, não repassa o valor que tem que repassar para o IPSA, e ao mesmo tempo publica no jornal que 80% da dívida do município foi reduzida. Vou até falar isso hoje na Câmara, porque eu fiz um requerimento de informação, e o dado que a própria Prefeitura mandou para mim é completamente diferente e a fonte é a mesma. Então eu queria entender, definitivamente, como é que a Prefeitura tem problemas financeiros e ao mesmo tempo reduz em 80% a dívida. Eu queria entender nessa peça onde isso aparece. E por fim, o fato de se fazer uma discussão sobre a questão do orçamento, das diretrizes do orçamento para 2023 e ter aqui público ligado à Cultura, também saber, efetivamente, se a Prefeitura vai cumprir ou não vai essa questão do 1% da Cultura, porque essa cidade já teve 1% na Cultura e na medida em que o tempo foi passando esse orçamento foi sendo reduzido e hoje ele está, efetivamente, no último orçamento, 0,55. Então teria que ter uma ação do Poder Executivo no sentido de recuperar, já tem a questão legal, e de recuperar esse investimento em cultura. Então, uma resposta clara em relação às demandas do

segmento aqui nessa audiência. DR. BRANDÃO – Vereador, vou fazer a primeira colocação, depois vou passar inclusive para a questão mais técnica em relação às suas considerações. Em relação à dívida, quando for assumir o Governo Paulo Serra, em 2017, eu lembro muito bem, a gente fez muito estudo disso, nós tínhamos R\$324 milhões de fornecedores que já tinham entregado prestação de serviço, e eram valores não pagos. Eu tenho amizade com os prefeitos anteriores, jamais acusaria qualquer administração por conta disso, com cinquenta e dois anos de serviço público nem seria justo isso. Mas foi aprovado na Câmara uma forma, entre aspas, de quase um Refis pra quem tivesse valor a receber, alguns deram descontos maiores em prazos, isso pode resgatado, eu não tenho exatamente aqui com detalhe, mas isso é coisa de 2017, o Secretário de Finanças era o Greco ainda. E em relação a esses 80%, é exatamente esses valores que foram renegociados com base numa aprovação aqui na câmara, inclusive de uma orientação do que podia ser feito. Então isso, quando o Prefeito fez essa citação, ele também está se reportando a esse valor, não sei se foi decreto, não tenho certeza. Como eu fazia parte, na época, de recuperação de empréstimo, se estava em andamento, inclusive do BID, depois o CAF. Quando nós entramos a reclassificação da Prefeitura a nível junto à Caixa e junto ao Secretaria do Tesouro era letra E. Para você ter uma ideia, por conta desse sistema de renegociação a gente conseguiu passar para ser em julho, que é um negócio muito raríssimo, era uma das poucas Prefeituras que conseguiu fazer isso. No final de 2018 passamos, na Secretaria do Tesouro, para B, que é uma recuperação fiscal importante, ela é orçamentária, é feito diretamente na publicação de balanço. Então na época a Prefeitura buscava exatamente a recuperação para exatamente poder voltar obter financiamento e conseguiu várias vezes, inclusive do próprio BID, que fazia muitos anos que estava rodando, eu mesmo fui pessoalmente muitas vezes a Brasília, inclusive na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, na Secretaria do Tesouros várias vezes tratando disso. Então em relação ao que o Prefeito falou, acredito que seja entorno mais ou menos disso, vereador. Agora eu vou pedir para nossa diretora Rose se ela pode complementar. Depois o Mário, se quiser falar alguma coisa, inclusive do IPSA, pode ficar à vontade. SRA. ROSE – Em relação à arrecadação, esse ano, separando o que é recurso do Tesouro, fonte um, que são nossas arrecadações e as transferências, a gente tem indicação sim que a gente deve cumprir. Estamos falando de 1 bilhão e 900. Para os recursos externos a gente depende de duas coisas: do andamento dos projetos e o envio do recurso e a obtenção dos financiamentos, empréstimos e convênios que estão previstos no orçamento. Quando a gente pensa no orçamento global, a maior questão é a entrada ou não dos recursos externos, se os recursos externos não vierem as obras ou os convênios não poderão ser executados. Em relação a 1% da Cultura, esta discussão vai ter que entrar na discussão da elaboração do Orçamento, 1% de toda a Secretaria de Cultura, que é o que está sendo pleiteado aí; em relação ao 0,1% será atendido. Agora, a discussão tem que entrar na discussão global, para a gente poder aumentar os recursos da Cultura, nós temos que ou aumentar nossa arrecadação ou diminuir outras despesas. A LDO foi elaborada pelas áreas, nós

mandamos a revisão das áreas e a Cultura não apresentou esse recurso, a gente pode fazer uma Mensagem Aditiva se a Cultura nos fizer esse pedido ou a gente pode entrar em contato com a Cultura, pedir e fazer essa correção na LDO. Em relação a 1% da Secretaria de Cultura, que eu entendi que foi a pergunta, isso tem que entrar na discussão orçamentária, não é possível fazer essa discussão agora e ainda lembrando que para que a gente aumente recurso em algum lugar ou a gente tem um aumento de recurso externo, financiamento de ações de Cultura ou redução de despesa de outras áreas. **SR. BRANDÃO** – A Secretaria de Gestão Financeira compila os dados da outras Secretarias, agora com o Orçamento na Câmara há possibilidade de remanejamento de corte, mas não é a Secretaria de Finanças que dá o programa, ela recebe informação e tenta compilar, caso haja corte é feito em conversa com o Prefeito e os Secretários das áreas envolvidas, o orçamento é feito tecnicamente. O que a Rose está falando é uma técnica, é orçamentária, ela não autoriza pagamento, não tira, não põe, não corta, só com pedido das áreas e autorizado. **SR. MÁRIO** – Vamos considerar quando a gente falar do período de pandemia, que não é uma coisa que vamos colocar desculpas tudo em pandemia, realmente houve uma questão de esforço de recursos para salvar vidas naquele momento e não foram poucos. A questão dos fundos tem o compromisso de ser devolvidos, foram aproximadamente 65 milhões que foi feito esse resgate e a gente vai voltar aos poucos, por sinal isso já entrou na perspectiva de conclusão de alguns projetos associados ao plano de metas ao qual sou o responsável. Então essa ligação entre projetos propostos pelo prefeito Paulo no seu Plano de Governo, mais os projetos que vêm a partir dos planos setoriais, por exemplo, o de Cultura ou plano de meta, se vocês forem ver, ele contempla algumas metas muito específicas do plano de cultura, que são as metas 13, 28, 29 e 30, 60 e 61 do plano de metas contemplam as metas do Plano de Cultura. Esses planos precisam ser espelhados, assim como o do PPA. Então, o resgate desses recursos vai ser devolvido, está previstos, esses recursos estão até computados para a execução de projetos futuro no cumprimento do nosso Plano de Metas. Quanto ao resgate da nossa capacidade de investimento financeiro, como bem disse o Brandão, foi uma ação estratégica do começo desta gestão que, Prefeitura Santo André, depois de muitos anos, salvo engano, 2006 a gente saiu do vermelho e conseguiu realizar empréstimo, saímos de uma nota E para C, B e hoje o município ele é visto bem visto pelo trabalho que está sendo realizado de investimentos de infraestrutura, isso é notório e vamos buscar evoluir sim. Quanto a possibilidade de aumentar para 1% Cultura é uma discussão que tem que ser feita, tem que ser continuada a partir de uma revisão do plano, a partir do direcionamento de orçamento, destas informações. E vamos lembrar uma coisa: orçamento, ele trabalha como o planejamento, é um pensamento do que se quer executar, é uma lei. Agora a execução financeira é o que é a realidade, a gente precisa fazer uma comparação entre o que é orçado e que é realizado financeiramente. É importante também a gente fazer essa análise, porque a análise que a doutora Marilena trouxe é uma análise de execução de execução orçamentária, não financeira, exatamente do Tesouro. Então, a gente pode aprofundar até esse assunto para ver de fato quanto

que foi pensado e quanto foi executado. **DR. BRANDÃO** – Vereador, acerca do resgate dos fundos ele já explicou, eu sou olheiro de um dos fundos e eu cobro isso também. Pode ter certeza que todos os representantes do clube, eu não de que é desenvolvimento urbano, embora representando o município, lá a gente quando fala, fala de uma forma maior, porque tem pessoas inclusivas de várias entidades. Então o compromisso quando foi pedido isso é a questão da devolução dos recursos, porque esses recursos inclusive estavam já alocados para outras questões. Com certeza o Fundo de Desenvolvimento Urbano, esse está muito ligado inclusive nessa questão. Em relação à questão do Instituto de Previdência, vários Prefeitos sempre fizeram, alguns até com prazos exorbitantes, é uma questão financeira que passa por uma preocupação na Câmara, o que posso falar é a situação que tinha com a Prefeitura, o que foi aprovado por lei é o que a gente pode falar. Não sei se ficou alguma questão, vereador. **SRA. UBIMARA DINGUE** – Sou educadora popular e também sou agente de Cultura Social Popular. E o que eu quero dizer é o seguinte: sou graduada em gestão pública e serviços governamentais, com experiência de cinco anos assessorando diretamente uma administração na Secretaria de Finanças e olhando para o orçamento, olhando para aplicação do recurso do município com uma visão de quem olha para as demandas e necessidades populares e sociais. Por fazer essa interface entre as demandas sociais, populares, os anseios populares e a discussão orçamentária, a discussão do planejamento da peça financeira e orçamentária de uma secretaria municipal. E eu quero dizer o seguinte: a questão é uma questão de decisão política. Quando nós, assessorando uma Secretaria de Finanças e nós dizemos, a partir do Secretário de Finanças do Município que isto é uma isto é uma prioridade, este é um anseio popular, este é um desejo da nossa população, dos munícipes, então aquilo é levado para discussão de todos os Secretários e de todos os departamentos e a decisão é política. Então, por entendermos que a decisão do 1%, decisão da dotação garantida em lei seja respeitada, venho reivindicar a reflexão política da importância desta dotação para a Cultura. É uma decisão política, não é uma decisão apenas da moeda, do dinheiro e os senhores sabem muito bem o que eu estou dizendo. **DR. BRANDÃO** – Para não deixar sem resposta, a questão da Cultura será encaminhada, inclusive junto à Secretaria e a Secretária, que também é uma grande parceira nossa, da Administração, está desde o início da gestão com o prefeito Paulo Serra, a gente vai acompanhar essa questão junto à Secretaria, Finanças não pode simplesmente mexer, tirar de uma área e colocar em outra, isso é uma coisa de discussão entre as Secretarias e, às vezes, até com a participação do Prefeito, mas está tudo registrado. A gente gostaria que os documentos fossem encaminhados no e-mail [Ido2023@santoandre.sp.gov.br](mailto:Ido2023@santoandre.sp.gov.br). **VEREADOR EDILSON ELIAS DOS SANTOS (EDILSON SANTOS)** – Eu digo que discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias é muito importante para a Prefeitura, para o funcionalismo e mais ainda para esta Casa de Leis e essa avaliação sobre a Secretaria de Cultura, ainda há tempo para que haja um consenso e uma forma da Secretaria, e juntamente com o líder do Governo, a gente possa conversar e quando chegar aqui, caso não ocorra, que caiba emenda para a gente avançar. Eu entendo que a questão das

Secretarias não é punição a uma Secretaria e favorecimento às demais, até porque todos nós funcionamento como um conjunto e o Governo Paulo Serra no sentido estrutural das Secretarias para ver esse avanço e entender o percentual que tem que ser o mínimo investido, porque isso também implica em responsabilidades fiscais, tributárias e improbidade, então seria importante essa construção e com certeza a Câmara de Vereadores está à disposição para participar desse diálogo, participar da abertura e conversar dentro do que for possível para a gente avançar no debate. Lógico que não existe uma forma de contentar a todos diante de momentos tão caóticos que vivemos por ocasião da pandemia, mas fortalecer e melhorar esse vínculo e aprovar o que for necessário para pelo menos melhorar um pouco e atender a cidade, porque todos nós somos servos de Santo André. DR. BRANDÃO – A questão da Cultura a gente vai levar junto à Secretaria, acho que é muito justo, é importante, para mim que estou há tantos anos na Administração a Cultura fazer parte importante. A grande tristeza minha foi na eliminação do Ministério da Cultura, fiquei muito aborrecido, porque evidentemente precisa de diretrizes em nível Federal, agora parece que a discussão voltou, não sei se é uma questão oportunista política ou não, mas eu acredito que vai voltar ou com qualquer outra Administração no futuro. SRA. MIRVANA – Sou professora da rede municipal de Santo André, sou diretora do Sindserv. Temos uma lei 11.738/2008, que prevê que 1/3 da carga horária dos professores seja para formação dos professores e Santo André não cumpre essa lei de forma integral até hoje, ela cumpre uma parte da lei. Em 2013 foram chamados, através de concurso público, professores de educação física na gestão municipal e uma parte dessa lei foi cumprida com esse concurso dos professores de educação física, de 2013 para frente nada mais foi feito e coma promessa todas as vezes com a Secretaria de Educação de que isso ia acontecer durante essa gestão aos poucos, porque a gente precisa de contratação de professores para que essa lei entre em vigor, de professores de artes, de inglês, de línguas dentro das nossas escolas. Então a pergunta é: nós estamos há 6 anos e meio na gestão do prefeito Paulo Serra, a pandemia foi nos últimos dois anos, mas desde o início da gestão dele a gente tem essa promessa e não tinha pandemia, para 2023 tem uma previsão orçamentária para contratação de novos professores através de concurso público para que a gente finalmente cumprir essa lei de 2008? SR. MÁRIO – Mirvana, sim, tem previsão de contratação de novos professores, até está sendo elaborado um edital, análise de habilidade econômica também de um novo concurso público grande, a gente pretende até o final do ano talvez já lançar e isso contempla professores. Também tem alguns trabalhos feitos por capacitação tanto de informática quanto relações étnicos raciais que estamos trabalhando junto à Secretaria de Educação para capacitação de professores e também sensibilização de alunos. Dentro do Plano de Metas tem vários projetos para você dar uma olhada que trabalham nesse sentido, em atendimento a essa lei de 2008. Então existe uma previsão orçamentária para implementação de mais recursos para captação e contratação de novos professores não só para a educação, mas para todas as áreas da Prefeitura, porque faz tempo que não temos um concurso tão grande como vai ser realizado nos

próximos tempos, a gente ainda não tem informação de quando, mas sim, está previsto para até o final de este ano ser lançado. VEREADOR RICARDO ALVAREZ (RICARDO ALVAREZ) – O que a Mirvana falou é que a Prefeitura tem feito concurso para suprir carência de professores, ela está falando de outra coisa, é de professores que estão na rede que não têm o que eu chamo de hora atividade, que é aquele 1/3 de preparação, planejamento, de corrigir prova que a Prefeitura não está cumprindo. Mas voltando ao debate, quero dizer que apresentei uma emenda à LDO do 1%, que é a reivindicação do segmento. Quero dizer também que a propaganda que o Prefeito fez no jornal não se refere a pagamento de fornecedores, porque lá ele diz que: “baixei de tantas Secretarias para tantas, vendi carro, diminui comissionados”, então não tem a ver com fornecedores, eu ainda estou em busca de saber como que a Prefeitura diminuiu 80% da dívida. Outra questão que quero tratar, ficou claro aqui, por isso que Audiência Pública é interessante, porque ficou claro pelos que estão representando o Governo, que não houve uma demanda da Secretaria de Cultura na hora que foi feita a peça da LDO, então cabe aos conselheiros pressionarem a Secretaria de Cultura para que isso seja feito, porque ainda cabe essa mudança, a matéria não foi votada, deve ser votada depois do recesso, tem tempo e depois da LDO ainda tem a votação do Orçamento em novembro, então dá para mudar a LDO e espero, a partir desse debate, que venha para esta Casa a Lei Orçamentária agora no segundo semestre contemplando essa reivindicação. Então tem que ser feita articulação política, a Mesa anotou as questões, vão levar para o Prefeito e para a Secretaria de Cultura, então acho que está encaminhada essa questão, agora basta agir no sentido de contemplar a reivindicação. SR. BRANDÃO – Você tem razão, no Orçamento vai aguardar para poder ter essa discussão. Acho que as Secretarias, todos os Secretários devem ser procurados cada área que está lá para isso, inclusive dos funcionários e o Secretário de Administração deve ser procurado. Voltando à questão da dívida, para a gente poder ter uma reclassificação, que era péssima, porque letra E é praticamente a penúltima, F então é uma coisa até vergonhosa, nós tivemos que fazer um relatório muito grande incluindo essa questão da dívida e também de toda a redução de cargos, isso tudo tinha que ser comprovado junto à Secretaria do Tesouro Nacional. Para ter uma ideia, a aprovação do BID, que é um negócio complicadíssimo, é da gestão lá de trás e me deu um trabalho muito grande, mas tudo isso tem uma base para que você pudesse cumprir tudo aquilo que o Prefeito se comprometeu nesse trabalho. Realmente, em relação a isso, eu não sei a reportagem, Ricardo, talvez não tenha percebido, mas em relação à dívida realmente isso aconteceu, porque fui eu que acompanhei isso diariamente, indo para Brasília várias vezes, inclusive para aprovar 25 milhões de dólares do BID era uma coisa complicadíssima e depois de aprovar os 50 milhões de dólares de financiamento, então tinha que estar com tudo muito certo, aquilo era matemático, é feito por computador, você não tem nem acesso ao cálculo, inclusive o Secretário do Tesouro Nacional um dia me falou: Brandão, você fica sabendo antes do que eu, porque isso entra no computador, quando vocês fazem o orçamento está colocando todos os valores oficiais, não tem como fugir disso. Então não sei se exatamente a reportagem sobre isso,

mas me relação à questão do que devia, entorno de 324 milhões eu acompanhei muito, porque eu precisava disso. Para você ter uma ideia, tinha 46 recurso com a Caixa, o Mário deve lembrar bem disso, para você ter uma ideia recuperamos dos 46 42 que estavam parados por conta exatamente dessa reclassificação. Presidente Valter Luiz da Silva (Vavá da Churrascaria) – Não havendo mais participantes, deixo as conclusões finais para o Dr. Brandão. DR. BRANDÃO – Agradeço a atenção de todos e minha sala está aberta para todos para conversar e resolver tudo que for importante para nosso município, pois eu vivo a cidade. O Presidente Valter Luiz da Silva (Vavá da Churrascaria) faz os agradecimentos finais e informa que caso haja ainda perguntas por parte dos munícipes serão encaminhadas para a Secretaria para posteriores esclarecimentos. Em seguida declara encerrada a audiência pública às **onze horas e trinta e cinco minutos**, da qual eu, Adriana Montealto Carneiro, Técnica Legislativa em Taquigrafia, lavrei a presente Ata que lida e achada conforme, segue assinada pelo Presidente, vereador Valter Luiz da Silva (Vavá da Churrascaria), pelos vereadores presentes; Secretário Adjunto de Gestão Financeira da Prefeitura Municipal de Santo André; Diretora e Diretor do Departamento de Orçamento e Planejamento da PMSA.

VALTER LUIZ DA SILVA (VAVÁ DA CHURRASCARIA)  
Presidente

RENATO BARROS SANTIAGO FILHO (RENATINHO DO CONSELHO)  
Vereador

RICARDO ALVAREZ (RICARDO ALVAREZ)  
Vereador

CARLOS ROBERTO FERREIRA (CARLOS FERREIRA)  
Vereador

EDGAR BRANDÃO JUNIOR  
Secretário Adjunto de Gestão Financeira da PMSA

ROSIMARY DE MORAES SILVEIRA  
Diretora do Departamento de Orçamento e Planejamento da PMSA

MARIO AUGUSTO MATIELLO SIMÕES  
Diretor do Departamento de Planejamento Estratégico da PMSA